

## ELOGIO DE JORGE SAMPAIO

### DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA* PELA UNIVERSIDADE DO PORTO

Porto, 24 de Fevereiro de 2015

*Por José Madureira Pinto*

*Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Economia  
Investigador do Instituto de Sociologia*

*Universidade do Porto*

Decidiu a Universidade do Porto atribuir o título de Doutor *Honoris Causa* a Jorge Fernando Branco de Sampaio. Fê-lo com base em proposta criteriosamente fundamentada do Magnífico Reitor, Prof. Doutor Sebastião Feyer de Azevedo, que o Senado aprovou por unanimidade na sua reunião de 19 de Novembro de 2014.

Cabe-me a honrosa tarefa de demonstrar, nos minutos que se seguem, que tal decisão não só foi oportuna e justa, como é muito prestigiante para a instituição que hoje a assume publicamente.

Uma leitura do itinerário biográfico de Jorge Sampaio atribui-lhe, com a legitimidade do que é óbvio, o estatuto de político - e uma tal categorização esteve seguramente presente nos vários passos da deliberação que conduziu a esta cerimónia. Mas, para que da constatação de que Jorge Sampaio é um político, e político com grande influência na vida portuguesa das últimas décadas, se passasse ao julgamento unânime de que é personalidade merecedora da mais alta consagração académica concedida pela Universidade do Porto, outras considerações estiveram envolvidas - todas convergindo, contudo, estou certo disso, na ideia de que ele é um político a vários títulos *singular*.

Singular porque, tendo desde muito cedo erigido os valores da democracia e do combate às desigualdades sociais como *leitmotiv* incindível da acção política, fez questão de os preservar, mesmo quando as curvas da estrada e as tentações do realismo tacticista impeliam noutras direcções.

Singular no modo como, no terreno eminentemente agonístico da política, sabe reservar espaço para o diálogo aberto e construtivo, e até para uma desarmante empatia com os adversários, sem com isso deixar de pugnar pelas suas próprias convicções. Singular pela distância reflexiva e auto-reflexiva com que, inclusive nos momentos mais marcados pelo dramatismo das decisões dilemáticas e urgentes, sempre tempera a sua acção. Singular na capacidade que demonstra para, fugindo ao ensimesmamento doutrinário que o campo político tende a inculcar como segunda natureza nos agentes que forma e o formam, trazer ao debate público e colocar na agenda política temas e causas suscitados noutros âmbitos, seja o da produção cultural e científica mais avançada, seja o dos movimentos sociais emergentes, seja ainda o das ansiedades e anseios individuais generalizados em busca de expressão pública. Singular pela firmeza com que foi afirmando que os objectivos de desenvolvimento económico e de aperfeiçoamento dos sistemas de protecção social não são incompatíveis entre si, antes devem ser complementados. Singular ainda no modo como, no pensamento e nos actos, defendeu que a descentralização do poder é condição necessária para uma apropriação efectiva, pelos cidadãos, dos instrumentos da iniciativa e participação democráticas.

Senhoras e Senhores:

Para desenvolver a ideia de que Jorge Sampaio é um político singular a quem as insígnias académicas de Doutor Honoris Causa assentam com o rigor de uma luva, peço que, num primeiro momento, atentemos no arco biográfico de cerca de década e meia que precedeu o percurso político-institucional, mais próximo e mais conhecido, do doutorando.

Nesses anos, em que muitos, tolhidos por uma espécie de rotina do medo e de insidioso desapego à liberdade, se entregavam à cinzenta passagem dos dias, Jorge Sampaio, muito jovem ainda, envolveu-se, como participante activo e, depois, como líder destacado, no movimento de contestação estudantil à ditadura. Estávamos longe ainda dos conturbados anos do fim da década de 1960, que, na Europa e na América, também aí com a marca da rebelião estudantil, viriam a tornar-se ponto de viragem

significativo na relação dos cidadãos com a política e o poder, com a cultura, com a educação, com as diferenças e desigualdades de género, de classe, de etnia, de orientação sexual, etc.

Pois bem: em Portugal, alguns pares de anos antes dessa viragem, e num contexto de fortíssimas restrições ao exercício dos direitos cívicos mais elementares, crescia na Universidade, paralelamente a o que noutros inconformados sectores da sociedade também ocorria, uma onda de contestação que, tomando como bandeira mais cintilante a exigência de respeito pelas liberdades, direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, não deixava de pôr radicalmente em causa toda a armadura ideológica do regime e, com isso, o colete de forças existencial que lhe estava associado - ao mesmo tempo que ensaiava, se bem que não em unísono, contundentes críticas ao modelo de desenvolvimento económico-social do País.

Jorge Sampaio, já disse, estava lá. Protagonista empenhado do movimento, cedo se revelou também hábil avaliador das forças e riscos em presença, mediador respeitado e decisor influente. E foi neste quadro de acção, que em parte se lhe impôs e que noutra ele próprio desenhou, que se formaram algumas das disposições e convicções que irão acompanhar, e moldar, o seu futuro profissional e político.

Os anos que se seguem à conclusão dos estudos universitários levam-no ao exercício profissional da advocacia em que - é ele a reconhecê-lo - muito aprendeu, não só, naturalmente, sobre a sua área de especialidade académica, como ainda sobre as especificidades da vida social, económica e empresarial portuguesa. Para fundamentar a sua intervenção na barra dos tribunais, nunca deixou de se munir, quando a complexidade das questões o impunha, do parecer dos mais reconhecidos especialistas nos diferentes domínios das ciências jurídicas - e aqui se entrevê já o que virá a ser uma das características marcantes do seu exigente modo de agir como político.

Esta passagem pela advocacia não foi, como poderia ter sido nas desencorajantes circunstâncias de então, um período de gradual amortecimento das disposições de inconformismo cívico anteriormente

geradas. O antigo líder estudantil, depois de passar bem ao largo da volúpia em que o carisma tantas vezes prende e perde os que por ele são tocados, recusava agora o caminho do conformismo político silencioso a que o exercício profissional bem sucedido não raro condena os seus praticantes.

Num contexto em que o exercício da advocacia era um terreno vigiado e apossado pelo poder, mas, simultaneamente, um espaço de resistência e, eventualmente, de reconquista do mínimo vital de cidadania que a ditadura negava com particular dureza aos cidadãos que organizadamente se lhe opunham, Jorge Sampaio distingue-se então por desenvolver um papel activo na Ordem dos Advogados e por, em condições de risco suplementar, assumir a defesa de presos políticos no Tribunal Plenário de Lisboa. Mas a oposição ao regime fazia-a ele ainda participando activamente nos movimentos que tentavam forçar os limites do que em Portugal era enunciável, publicável e politicamente concretizável em prol da liberdade. Bem atento ao debate que, um pouco por todo o mundo, agitava as correntes progressistas, Jorge Sampaio ia amadurecendo o conhecimento sobre a sociedade portuguesa e gizando, com uma nova geração de opositores ao regime onde encontrará muitos amigos para toda a vida, uma alternativa democrática para Portugal.

O capital político adquirido enquanto resistente à ditadura conferiu-lhe, na estrutura de oportunidades e na configuração de poder que foi emergindo após a Revolução de 1974, um lugar que, não tendo sido sempre consonante com as forças conjuntamente triunfantes, nunca deixou de ser audível e influente. Foi impulsionador e dirigente de movimentos políticos não-alinhados com os partidos com maior implantação nacional, colaborou activamente com os sectores então considerados moderados do Movimento das Forças Armadas e integrou o IV Governo Provisório, enquanto Secretário de Estado da Cooperação Externa.

Tendo aderido em 1978 ao Partido Socialista, Jorge Sampaio vai ser eleito por diversas vezes deputado à Assembleia da República, não sem paralelamente ocupar outras actividades de relevo tanto a nível nacional como internacional. A este último respeito, destaque especial merece ser dado à participação que teve na Comissão dos Direitos do Homem do Conselho

da Europa, cargo em que viu consagrada e pôde pôr em prática, entre 1979 e 1984, toda a sabedoria que acumulara enquanto pensador político e militante da causa da liberdade e dos direitos cívicos no seu País.

Em 1989 é eleito Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo para que será reeleito em 1993. Abre-se aquele que é porventura o período intelectualmente mais rico e politicamente mais inovador na formação e projecção como estadista do Dr. Jorge Sampaio.

Já sugeri que o nosso homenageado pertence ao grupo daqueles que, reconhecendo a complexidade das situações com que se deparam, não hesitam em enfrentá-la munidos do conhecimento e competências ao alcance dos mais sabedores.

Ora, a sua experiência como autarca mostrou todas as vantagens deste modo de agir. Trabalhando metodicamente em equipa, foi capaz de delinear, com energia e criatividade, uma visão estratégica para a cidade de Lisboa; não hesitou em recorrer, contra posições e práticas enraizadas, a concepções e métodos de planeamento, gestão e desenvolvimento urbanístico inovadores; abriu caminho para ultrapassar bloqueamentos centralistas que, disse-o na altura, tolhem a respiração ao próprio centro; não se conformou com a violência imposta ao quotidiano dos mais fracos por lógicas urbanísticas e habitacionais excludentes; procurou articular projectos e acções de organismos até então fechados sobre si próprios, assim lutando contra a inconsistência institucional de que o País, todo ele, tanto se ressentia; mostrou, em termos práticos, como pode a cultura entrar no quotidiano das populações, propondo-lhes outros mundos e outros modos de olhar e de contestar construtivamente os próprios poderes estabelecidos. E fez tudo isso sem que o arrojado (e hoje tão esquecido) entendimento político em que se sustentaram as linhas de força dos seus mandatos fosse, como tantos pressagiaram, posto em causa ou sequer adulterado enquanto dirigiu a autarquia.

Quando, no ano de 1996, inicia o seu primeiro mandato como Presidente da República, Jorge Sampaio é já, não apenas um político

amadurecido no contacto directo com a dureza das coisas, mas um estadista preparado para enfrentar as contingências da vida política nacional e internacional com grande discernimento e sageza.

Os métodos de trabalho que impõe a si próprio e aos colaboradores de que se rodeia, embora adaptados, não mudam de natureza. E é assim que, com disponibilidade e empenhamento que, face à profusão de tarefas para que é quotidianamente solicitado, só estão ao alcance de trabalhadores verdadeiramente estóicos, o Presidente Jorge Sampaio faz questão de reservar uma parte significativa da sua agenda semanal para actualizar informação e discutir os problemas do País com os especialistas de diferentes áreas que integram o seu corpo de colaboradores regulares ou, por vezes, com outros que se destacam em domínios específicos que quer aprofundar.

Não são conversas de circunstância. Para quem, como Jorge Sampaio, começa cedo - mesmo muito cedo - o dia de trabalho, a probabilidade de vir munido, no início de cada reunião, de muitas e muito informadas questões é bastante alta. Acresce que a dinâmica discursiva que ele próprio desencadeia é acompanhada por uma paciente tomada de notas em sóbrios, mas implacáveis, cadernos azuis que, a cada momento, podem ser consultados para reformular a pergunta ou confrontar o interlocutor com contradições (pequenas contradições, como benevolmente concederá o Presidente) relativamente a afirmações anteriores.

A virtuosa intranquilidade que então se instala não anda muito longe da que, em contextos de discussão académico-científica, percorre, ou devia percorrer, os interlocutores virtualmente mandatados para aprofundar dialogicamente o saber partilhado nas suas áreas de investigação. Neste sentido, a forma de trabalhar que Jorge Sampaio elegeu no exercício das funções de Presidente da República pode ser tomada como exemplo e estímulo para que, em contextos de ensino e investigação como o nosso, não se desista de encontrar soluções organizativas que garantam, com efectividade e não de forma meramente ritual, as condições de um diálogo permanente, informado, crítico e auto-crítico, sobre os objectos empíricos e os desafios intelectuais que estão em jogo permanentemente nos diferentes

domínios do conhecimento. E isso tanto mais quanto, na Universidade, quisermos dar o salto, que tanto se proclama mas que tarda em tornar-se rotina criadora, em direcção à interdisciplinaridade, ao pluralismo teórico-metodológico e ao lúcido desvendamento dos problemas que, como intelectuais, como universitários e como cidadãos, tenhamos decidido enfrentar.

Mas o estilo de trabalho caro ao nosso homenageado pode, do mesmo modo, ser invocado como exemplo de exigência ética em política. Perante as tendências de desregulação, de reprodução de desigualdades e de renovação de riscos que marcam crescentemente as nossas sociedades, governar à vista ou com a bússola da intuição, passando ao largo do património de conhecimentos que, apesar de tudo, já foi possível acumular sobre as mesmas, não será hoje apenas mau governo - tudo indica que constitua também sensível falha ética.

Sem abdicar do princípio segundo o qual, em democracia, são os cidadãos, os cidadãos comuns, que em última instância devem julgar e decidir - não os peritos -, Jorge Sampaio não delibera sobre fenómenos complexos sem aprofundar as suas dimensões e causas ou sem antecipar, com o rigor possível, os efeitos da acção política que se lhes dirige. Saudemo-lo por esse escrúpulo.

Senhoras e Senhores:

Uma das características do campo político, o qual, como se sabe, tem hoje nos *media* um ostensivo prolongamento orgânico, reside no facto de parte substancial dos problemas que nele se apresentam como problemas políticos relevantes serem, afinal, os problemas relevantes *para os políticos*. O Presidente Jorge Sampaio soube contrariar esta tendência de centripetação e auto-referencialidade que ameaça a vida democrática, trazendo para primeiro plano do debate público e da agenda política nacional as questões capazes de porem os cidadãos, em geral, e os actores políticos, em particular, perante as causas da fragilidade do nosso modelo de desenvolvimento, perante a engrenagem de reprodução de desigualdades económicas, culturais,

territoriais de que o País não tem conseguido libertar-se, perante, em suma, as dificuldades que, mau grado importantes avanços parcelares conseguidos, o processo de democratização do País continua a enfrentar.

Vale a pena registar, para memória académica futura, alguns dos tópicos e propostas de intervenção que, nesta perspectiva, o nosso homenageado trouxe à vida política portuguesa.

Preocupado com os riscos associados a um sistema de relações económicas internacionais incapaz de encontrar os instrumentos de regulação que a sua intensificação exige, vimo-lo pugnar, em múltiplas Sessões Especiais da Assembleia-Geral da ONU, na UNESCO ou na Organização Internacional do Trabalho, pela adopção de medidas que, incentivando e coordenando organismos e iniciativas dispersas e refreando lógicas económico-financeiras instaladas, promovam níveis mínimos de vida e oportunidades de trabalho decente para todos. Não deixou, por outro lado, de alertar para a necessidade de aprofundar a ideia e renovar as práticas do multilateralismo, de rever as orientações do Direito Humanitário e as lógicas da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Projectar a cultura portuguesa no mundo, tendo em conta as exigências que a esse respeito se colocam em matéria de coordenação de esforços para afirmar a língua portuguesa, foi outro dos pontos por onde passou a dimensão internacional da sua intervenção política.

Ainda neste âmbito, realce especial deve ser dado ao papel que teve enquanto proponente de soluções concretas para combater de forma integrada a Sida e a toxicodependência. Algumas das funções que, terminados os dois mandatos como Presidente da República, veio a desenvolver no âmbito das Nações Unidas, nomeadamente as de Enviado Especial do Secretário-Geral para a Luta contra a Tuberculose, entroncam nesta linha de actuação e revelam o reconhecimento e respeitabilidade internacionais que Jorge Sampaio alcançou, e com ele o País, enquanto Chefe de Estado. Sei até que ponto ele aprecia o apoio que, nestas frentes de combate contra os efeitos devastadores da doença, recebeu do Professor Alexandre Quintanilha, ilustre

cientista e professor da Universidade do Porto. O facto de este se associar à presente cerimónia, na qualidade de Padrinho do Doutorando, será para o Dr. Jorge Sampaio, estou certo disso, motivo de grande júbilo.

Quanto às tomadas de posição do nosso homenageado sobre o processo de construção europeia, talvez bastasse chamar a atenção para as intervenções que dedicou às dificuldades de governação decorrentes do alargamento da União Europeia, ao Tratado Constitucional Europeu ou, em diversas ocasiões, à necessidade de preservar aos cinco princípios enformadores do projecto europeu: o princípio da igualdade entre os Estados, o princípio da cidadania europeia, o princípio do desenvolvimento solidário, o princípio do valor intrínseco da diversidade cultural e o princípio do reforço da presença da Europa no mundo.

Mas, sobre a Europa, Jorge Sampaio disse muito mais. Retenho dois tópicos, por me parecerem particularmente oportunos.

O primeiro refere-se às preocupações que bem cedo - de facto há quase vinte anos - manifestou relativamente ao risco de o então designado "pensamento económico único", entretanto enraizado como orientação dominante da governação europeia, vir a inviabilizar o processo de convergência das economias dos estados-membros e o projecto de construção do modelo social em que assentava a originalidade histórica do processo de integração e de que tanto dependia a sua própria legitimação popular.

O outro ponto, que terá passado injustamente despercebido, prende-se com as posições defendidas por Jorge Sampaio relativamente ao papel que a construção de um espaço de solidariedade e de diálogo com países vizinhos, nomeadamente no quadro mediterrânico, podia ter na criação de um clima favorável à contenção de ameaças terroristas e à própria expansão em espaço não-europeu de posições favoráveis a uma progressiva institucionalização dos princípios do Estado de Direito.

Pugnar pela criação de condições mínimas para o exercício democrático e, depois disso, pelo aperfeiçoamento dos instrumentos básicos desse exercício em direcção a formas de convivência política em que a participação

informada e crítica dos cidadãos ocupe lugar proeminente parece, aliás, ter constituído uma das missões que mais persistentemente foram prosseguidas pelo nosso homenageado ao longo do seu percurso pessoal e político. Não o fez com a grandiosidade retórica com que outros gostam de reivindicar a causa da democracia - preferiu tentar, com discrição e prudência, mas também com inabalável determinação, que ela se inserisse, de modo efectivo, tanto no plano da armadura institucional da República, quanto no das disposições indeclináveis dos cidadãos e, por extensão, nas suas práticas.

Assim, ao escrúpulo com que sempre encarou as obrigações constitucionais e os limites da intervenção presidencial no Estado Democrático, acrescentou uma ambiciosa reflexão sobre as exigências de defesa desse mesmo Estado contra o recrudescimento de velhas ameaças como a corrupção ou as opacidades do financiamento partidário, bem como sobre a necessidade de lidar inteligentemente com as lógicas específicas de poder dos *media* e com as vertiginosas transformações da sociedade de informação.

Mas deixou claro também que o aprofundamento da democracia não dispensa uma abordagem séria da nova (que em certo sentido é sempre velha) questão social, como, por outro lado, não pode desinteressar-se dos problemas da descentralização administrativa e do papel insubstituível que nela tem o poder local.

A primeira preocupação levou-o a alertar os políticos e os cidadãos comuns para o risco de a flexibilização *à outrance* da economia e do sistema de emprego, conduzida em nome de desígnios pouco clarificados de competitividade, fazer recuar os níveis de protecção social alcançados, palmo a palmo, ao longo de décadas, para mínimos inaceitáveis, não sem, paradoxalmente, minar a própria possibilidade de pôr o País na rota do crescimento económico sustentável.

Já a preocupação com a descentralização administrativa surge, no pensamento de Jorge Sampaio, intimamente associada à da necessidade, para ele incontornável, de combater as assimetrias regionais de desenvolvimento

e, sobretudo, o efeito potenciador de desigualdades sociais que aquelas comprovadamente arrastam consigo.

Noutro capítulo do projecto de aprofundamento da democracia, o das relações entre Justiça e Cidadania, a intervenção do homenageado não se limitou à reflexão aprofundada que se espera de um estadista desde sempre empenhado na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e do princípio da separação de poderes. Dele se ouviu também um repetido apelo a mudanças organizacionais no sistema judicial, nomeadamente as que, através do reforço da formação e da assumpção generalizada de uma cultura de responsabilidade, garantissem a celeridade e eficácia compatíveis com o respeito, efectivo e não meramente abstracto, dos referidos direitos.

A questão da equidade no acesso aos cuidados de saúde esteve, também ela, no centro das preocupações de Jorge Sampaio. Considerando ser este um domínio crucial em matéria de direitos fundamentais e de bem estar dos cidadãos, não deixou de repetidamente chamar a atenção para a importância crucial da prevenção da doença e da promoção da saúde ou para a necessidade de alargar a informação e a participação da comunidade na vida das instituições envolvidas. Como também não se coibiu de apontar caminhos para a modernização e inovação organizacional dos serviços de saúde e para as missões de regulação que cabe ao Estado promover, tendo em conta a presença crescente de actores privados e de transacções económicas na prestação de cuidados de saúde.

O lugar privilegiado que a Educação e a Ciência ocupam no pensamento de Jorge Sampaio é um ponto que dificilmente terá escapado à generalidade dos observadores da vida portuguesa das últimas décadas, sendo que muitos verão nesta preocupação o corolário esperado da adesão do nosso homenageado a uma concepção de democracia que defende, e pressupõe, a activa participação de cidadãos informados.

Não duvido de que grande parte das considerações que Jorge Sampaio dedicou à Educação e Ciência vão nesse sentido. Será o caso, entre muitas outras, das posições que tomou sobre acesso e sucesso educativo nos

diferentes níveis de ensino, sobre o papel das escolas na educação para a cidadania, sobre os desafios da formação ao longo da vida, sobre as mudanças impostas às Escolas de Ensino Superior pelo alargamento da base social de recrutamento dos seus estudantes ou pela necessidade de reequilibrar o sistema de formação inicial, graduada e pós-graduada. E é seguramente também na mesma linha que se insere a defesa que fez da necessidade de formação da atitude e cultura científicas de base; a importância que atribuiu às políticas públicas de ciência e tecnologia; ou a atenção que dedicou às novas tecnologias da informação e aos modos como efectivamente são utilizadas nos espaços de ensino e investigação.

Pois bem: a hipótese que deixo à vossa consideração é que, para o nosso homenageado, a aposta na educação e na investigação inclui dimensões que ultrapassam o âmbito, mais esperado e convencional, que acabei de delinear. Na sua perspectiva, creio eu, as causas da Educação e da Ciência devem ser entendidas como peça central de uma estratégia de desenvolvimento para o País que, sem se perder num economicismo estreito, ouse ainda assim enfrentar, sem complexos, as questões duras do crescimento económico, da produtividade, da gestão empresarial, do equilíbrio ambiental, das assimetrias territoriais. Não para, conformisticamente, aceitar as lógicas e geradores de desigualdade instalados na economia, mas para fazer da educação, da ciência e da cultura alavancas de uma *outra economia*.

Sendo Jorge Sampaio alguém que vê na generalização da educação, na formação científica e no acesso à cultura trunfos essenciais no processo de democratização social e de emancipação individual, ele é também - é essa a minha hipótese - alguém que se demarca de uma visão ingenuamente culturalista do desenvolvimento. Democratizar a sociedade portuguesa, romper o círculo das desigualdades económicas, sociais e territoriais que a tolhem, tirar o estado de bem-estar do estado de necessidade a que tantos o querem condenar, exigem, segundo o nosso homenageado, que as bandeiras da educação, da ciência e da cultura não se coíbam de entrar, sob formas concretas, no mundo do trabalho, nas empresas e outras organizações económicas, nos pontos de articulação entre ciência e tecnologia, nos espaços

onde se jogam ou se inibem as propensões à inovação, incluindo a inovação organizacional. Cabe aos porta-estandartes destas causas interpelar os empresários e as suas organizações, os partidos, os autarcas, os governantes, os agentes de ensino, os dirigentes e membros do sistema científico nacional sobre se estão a fazer tudo ao seu alcance para, com os instrumentos da ciência, melhorarem as condições de trabalho, reformarem as práticas e modelos de gestão, garantirem remunerações dignas aos trabalhadores (cada vez mais qualificados - é bom lembrar), criarem emprego científico sustentável, contrariarem desigualdades territoriais ostensivas.

Magnífico Reitor:

Espero ter dito o suficiente para demonstrar, perante esta Assembleia, que a Universidade do Porto decidiu com sabedoria quando atribuiu, por proposta de V. Ex.<sup>a</sup>, o título de Doutor Honoris Causa ao político e estadista Jorge Sampaio.

Centrei a minha argumentação na ideia de que o doutorando deu um contributo singular para a consolidação e aperfeiçoamento da democracia no nosso País, quer a entendamos como sistema de governação e de articulação institucional *sui generis*, como forma peculiar de ética política, ou ainda como gerador de emancipação e realização individuais. Chamei ainda a atenção para a dimensão internacional da sua actividade cívica e política, a qual, sendo uma marca distintiva de toda a sua carreira, se intensificou nos últimos anos. Muito prestigiante para o País, esta componente da vida de Jorge Sampaio é também um sinal promissor de que Portugal vai continuar a ser uma presença respeitada na coligação mundializada de esforços para devolver ou acrescentar dignidade e esperança aos cidadãos mais fragilizados do mundo.

Muito envolvido em tarefas que necessariamente o fazem viajar com frequência para fora do País, não deixaremos de senti-lo bem perto de nós, e afectuoso como sempre. E é a respeito desta forma singularmente calorosa de Jorge Sampaio se relacionar com os cidadãos que com ele se cruzam que deixarei, Senhoras e Senhores, uma última e muito breve nota.

A minha hipótese é agora a de que, além de estimável marca de cortesia ou intrínseco traço de personalidade, a afabilidade de que falo é um sinal, entre muitos outros, de que a democracia foi sempre, para o doutorando, muito mais do que um sistema doutrinário abstracto, ou um conjunto formalizado de leis - e de nenhum modo puro repositório de fórmulas retóricas ou rituais para uso circunstancial.

Vivendo intensa e reflectidamente os desafios, problemas e impasses que a democracia, nas suas múltiplas expressões, lhe foi colocando ao longo de várias dezenas de anos e em pontos do campo político muito diversos, Jorge Sampaio soube, como ninguém, prolongar a adesão aos valores democráticos em impulso quotidiano de ligação solidária e igualitária aos outros. Com ele, a prática da democracia é democraticidade incorporada - um caloroso aperto de mão dado olhos nos olhos.

Por isso o sentimos tão próximo e genuíno.